



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO

**CONVOCAÇÃO DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO
JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO**

Convoco os excelentíssimos Senhores Desembargadores, membros da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno - COJURI, nos termos do art. 6º, inciso II, do Regimento Interno da COJURI, de 21 de dezembro de 2007, para comparecerem na reunião extraordinária que se realizar-se-á **no próximo dia 11 de junho de 2019, terça-feira, às 14:30 horas**, no meu gabinete, para discussão e apreciação dos projetos abaixo indicados e eventuais emenda protocoladas:

PROCESSOS DO ÓRGÃO ESPECIAL:

1. Processos do Órgão Especial n. 004/2019 - COJURI que altera a Resolução n. 302, de 10 de novembro de 2010, que dispõe sobre a estrutura organizacional, os níveis hierárquicos, as competências e as atribuições gerais dos órgãos gestores e unidades administrativas que integram os Serviços Auxiliares do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

2. Processos do Órgão Especial n. 008/2019 - COJURI que institui a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CACIN) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

3. Processo do Órgão Especial n. 009/2019 - COJURI, que altera a Resolução n. 302, de 2010, que dispõe sobre a estrutura organizacional das unidades administrativas que integram os serviços auxiliares.

PROCESSOS DO TRIBUNAL PLENO:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E REGIMENTO INTERNO

- 4. Processo n. 003/2019, do Tribunal Pleno:** que altera a Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007 - Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco – e dá outras providências.
- 4. Processo n. 004/2019, do Tribunal Pleno:** que “Reajusta a remuneração dos cargos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.”
- 5. Processo n. 005/2019, do Tribunal Pleno,** que altera a Lei n. 12.373, de 26 de maio de 2003.
- 6. Processo n. 006/2019, do Tribunal Pleno,** que altera a Lei n. 15.539, de 1º de julho de 2015, com o intuito de implementar a Política de Valorização Funcional dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Presidente da COJURI